



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640281 - PB (2021/0007227-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : DIEGO EMANUEL MENEZES PEDROSA
ADVOGADO : DIEGO EMANUEL MENEZES PEDROSA - PB019927
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : EWERTON TAVARES DE FARIAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EWERTON TAVARES DE FARIAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (HC n. 0816226-58.2020.8.15.0000).

O paciente teve a prisão temporária decretada em razão da suposta prática do delito do art. 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, inciso II e § 2º-B, do Código Penal. está preso preventivamente pela suposta prática dos delitos do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e do art. 12 da Lei n. 10.826/2003.

O Juiz de primeiro grau expediu ordem de soltura que deixou de ser cumprida em razão da existência de dois outros mandados de prisão expedidos contra o acusado.

O impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, pois, mesmo expirado o período de prisão temporária, o paciente não foi posto em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia cautelar imposta ao paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A matéria aqui suscitada é também objeto do HC n. 637.405/PB.

Constata-se, assim, a inadmissível reiteração, consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Veja-se o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INDEFERIMENTO LIMINAR. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME. EXAME DA MATÉRIA EM HABEAS CORPUS ANTERIOR. REITERAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME. AGRAVO DESPROVIDO.

Inviável o reexame de matéria já apreciada em mandamus anteriormente julgado, configurada a inadmissível reiteração de pedido, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 589.856/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 31/8/2020.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência